



CENTRO SOCIAL PADRE DAVID OLIVEIRA MARTINS

**Anexo das demonstrações financeiras do
período findo em 31 de dezembro de 2022**

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
3.1	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas.....	11
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	11
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	11
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis.....	13
6	Locações.....	14
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	14
8	Inventários	14
9	Rédito.....	15
10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
12	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	15
13	Imposto sobre o Rendimento	16
14	Benefícios dos empregados.....	16
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
16	Outras Informações	16
16.1	Investimentos Financeiros.....	16
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	17
16.3	Clientes e Utentes.....	17
16.4	Outras contas a receber.....	17
16.5	Diferimentos	17
16.6	Outros Ativos Financeiros.....	18
16.7	Caixa e Depósitos Bancários	18
16.8	Fundos Patrimoniais	18
16.9	Fornecedores	18
16.10	Estado e Outros Entes Públicos	18
16.11	Outras Contas a Pagar	19
16.12	Outros Passivos Financeiros	19
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração	19

16.14 Fornecimentos e serviços externos	20
16.15 Outros rendimentos e ganhos	20
16.16 Outros gastos e perdas	20
16.17 Resultados Financeiros	20
16.18 Acontecimentos após data de Balanço	21
16.19 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	21

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL PADRE DAVID OLIVEIRA MARTINS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade social com estatutos publicados no Diário da República n.º 93, Série III, com sede em Rua do Centro social nº 58, 4709-007, Ruílhe-Braga. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Receber, apoiar e garantir os direitos e necessidades das crianças, jovens, pessoas idosas e comunidade de forma integral e personalizada.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais”.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) foram as seguintes:

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.7 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios	50
Outras construções	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.1.8 Bens do património histórico e cultural

Não se aplica.

3.1.9 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rúbricas da Demonstração

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.1.10 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.11 Investimentos financeiros

Não se aplica.

3.1.12 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.13 Instrumentos Financeiros

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.14 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.1.15 Provisões

Não se aplica.

3.1.16 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.1.17 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a relatar.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Nada a relatar.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Verificou-se a existência de aplicações ou ativos e instrumentos financeiros da titularidade da entidade que não se encontravam devida e integralmente relevados na contabilidade. Assim, e com vista ao rigor e transparência do relato financeiro da entidade, após análise interna foi decidido pela direção proceder ao correspondente reconhecimento contabilístico á data de 31 de Dezembro de 2022 conforme o seguinte quadro:

Balanço			
Rúbricas	31-12-2021 Reexpresso	31-12-2021	Reexpressão
Investimentos Financeiros	5 274 962,13 €	10 313,47 €	5 264 648,66 €
Caixa e depósitos bancários	1 083 414,27 €	119 794,60 €	963 619,67 €
Reservas	5 785 018,65 €	0,00 €	5 785 018,65 €
Resultados transitados	2 196 619,87 €	1 753 370,19 €	443 249,68 €

Procedeu-se também á reclassificação de demonstração de resultados devido aos trabalhos para a própria entidade não estarem corretamente classificados conforme o seguinte quadro:

Demonstração de resultados por naturezas			
Rúbricas	31-12-2021 Reexpresso	31-12-2021	Reexpressão
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	54 376,93 €	-54 376,93 €
Outros rendimentos	1 083 613,84 €	1 029 236,91 €	54 376,93 €

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	64 381,01	40000,00				104 381,01
Edifícios e outras construções	4 551 436,14	879669,44	113573,00			5 317 532,58
Equipamento básico	473 937,77	18419,48	323406,11			168 951,14
Equipamento de transporte	202 140,63					202 140,63
Equipamento administrativo	184 247,13	1605,15	117389,02			68 463,26
Outros Ativos fixos tangíveis	27 459,52		9686,06			17 773,46
Ativos fixos tangíveis em curso	551 741,49	439 022,76		959 294,21		31 470,04
Total	6 055 343,69	1 378 716,83	564 054,19	0,00	0,00	5 910 712,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 641 109,65	108109,78	113573,00			2 635 646,43
Equipamento básico	435 107,75	19837,59	323406,11			131 539,23
Equipamento de transporte	202 140,63					202 140,63
Equipamento administrativo	156816,01	11802,32	117389,02			51 229,31
Outros Ativos fixos tangíveis	24570,48	963,00	9686,06			15 847,42
Total	3 459 744,52	140 712,69	564 054,19	0,00	0,00	3 036 403,02

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	104 381,01					104 381,01
Edifícios e outras construções	5 317 532,58	223 709,14				5 541 241,72
Equipamento básico	168 951,14	4 538,70	8 628,40			164 861,44
Equipamento de transporte	202 140,63					202 140,63
Equipamento administrativo	68 463,26	28 286,31				96 749,57
Outros Ativos fixos tangíveis	17 773,46					17 773,46
Ativos fixos tangíveis em curso	31 470,04	96 949,75		95 385,53		33 034,26
Total	5 910 712,12	353 483,90	8 628,40	95 385,53	0,00	6 160 182,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 635 646,43	135 016,92				2 770 663,35
Equipamento básico	131 539,23	10 819,68	8 628,40			133 730,51
Equipamento de transporte	202 140,63	0,00				202 140,63
Equipamento administrativo	51 229,31	14 015,35				65 244,66
Outros Ativos fixos tangíveis	15 847,42	963,00				16 810,42
Total	3 036 403,02	160 814,95	8 628,40	0,00	0,00	3 188 589,57

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	20 150,70					20 150,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	13 584,20					13 584,20
Total	33 734,90	0,00	0,00	0,00	0,00	33 734,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	14 011,95					14 011,95
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos	0,00					0,00

intangíveis						
Total	14 011,95	0,00	0,00	0,00	0,00	14 011,95

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	20 150,70					20 150,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	13 584,20					13 584,20
Total	33 734,90	0,00	0,00	0,00	0,00	33 734,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	14 011,95					14 011,95
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	14 011,95	0,00	0,00	0,00	0,00	14 011,95

6 Locações

Não se aplica.

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	201 937,29	201 937,29	0,00	267 523,98	267 523,98
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	201 937,29	201 937,29	0,00	267 523,98	267 523,98

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13 258,00	177 622,85	66 359,08	9 000,00	180 739,52	139 910,72	6 721,63
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	13 258,00	177 622,85	66 359,08	9 000,00	180 739,52	139 910,72	6 721,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				248 239,93			322 928,61
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

9 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Mensalidades de Utentes	541 074,20	440 371,29
Serviços secundários	56 589,19	39 803,15
Total	597 663,39	480 174,44

10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não se aplica.

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
Segurança Social	1 307 239,62	1 169 621,97
Apoios do Governo		
Total	1 307 239,62	1 169 621,97

12 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

13 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

14 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente 5 e 5.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 110 e em 31/12/2022 foi de 111.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	1 286 836,61	1 257 844,42
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	284 500,90	273 960,70
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21 798,22	21 668,64
Outros Gastos com o Pessoal	19 733,75	21 494,02
Total	1 612 869,48	1 574 967,78

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o período de 2022, foram de 7.380,00€.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021 Reexpresso
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	5 277 382,74	5 274 962,13
Fundos de compensação do trabalho	12 734,08	10313,47
Outros investimentos	5 264 648,66	5 264 648,66
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	5 277 382,74	5 274 962,13

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	8 979,37	9 800,91
Total	8 979,37	9 800,91

16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 927,17	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 927,17	0,00

16.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Diferimentos - Seguros	8 188,31	4 101,36
Outras despesas diferidas	227,60	0,00
Total	8 415,91	4 101,36
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

16.6 Outros Ativos Financeiros

Não se aplica.

16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021 Reexpresso
Caixa	10 253,47	719,14
Depósitos à ordem	786 103,84	680 651,03
Depósitos a prazo	402 044,10	402 044,10
Outros		
Total	1 198 401,41	1 083 414,27

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial - Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	322 266,49	0,00	0,00	322 266,49
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	5 785 018,65	0,00	0,00	5 785 018,65
Resultados transitados	2 196 619,87	303 935,21	0,00	2 500 555,08
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	31 923,26	0,00	-2 493,98	29 429,28
Total	2 550 809,62	6 088 953,86	-2 493,98	8 637 269,50

16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	156 110,73	62 056,62
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	156 110,73	62 056,62

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	0,00	0,00

Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14 703,76	15 725,00
Segurança Social	26 650,49	58 917,11
Outros Impostos e Taxas(Sindicatos e penhoras)	35,65	1 678,08
Total	41 389,90	76 320,19

16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		201 511,26		187 729,50
Contribuições para a segurança social		44 937,02		41 863,68
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		7 124,53		53,27
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	253 572,81	0,00	229 646,45

16.12 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 307 239,62	1 169 621,97
Subsídios de outras entidades	96 752,32	115 415,92
Doações e heranças	48 879,27	7 173,18
Total	1 452 871,21	1 292 211,07

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	173 585,26	249 697,36
Materiais	94 685,10	80 628,22
Energia e fluidos	194 509,69	151 540,76
Deslocações, estadas e transportes	6 805,05	6 629,68
Serviços diversos	104 556,41	89 736,19
Total	574 141,51	578 232,21

16.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021 Reexpresso
Rendimentos Suplementares	4 646,82	22 186,77
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	123 439,11	73 775,78
Outros rendimentos e ganhos	707 128,31	987 651,29
Total	835 214,24	1 083 613,84

16.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	855,60	3 212,18
Outros Gastos e Perdas	8 009,87	2 799,35
Total	8 865,47	6 011,53

16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 265,35	3 900,00
Total	3 265,35	3 900,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-3 265,35	-3 900,00

16.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

16.19 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela direção em 29 de Março de 2023

Ruilhe, 29 de Março de 2023

O contabilista certificado

Elviro Daniel Maia Azevedo

A direção

Mauilista
Vino Gomes Campos
Quachav
Alindo Fernandes de Silva